

JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

# As Flores de Lótus

*r o m a n c e*



gradiva

A reunião da junta militar que encabeçava a revolução desse 28 de maio terminou já noite dentro e os seus elementos começaram a abandonar o quartel da Amadora, despedindo-se do general Gomes da Costa como se se despedissem do rei, com continências solenes, muitos salamaleques e até vénias.

Artur manteve-se junto dos civis vindos de Coimbra. Decerto por não serem de Lisboa, os três davam naquele instante a impressão de se encontrar perdidos.

“Em Coimbra a esta hora já se tinha jantado”, desabafou

Salazar, que por ter estado sentado durante muito tempo ao lado do capitão acabara por ganhar alguma confiança.

“Não haverá alguma coisa aberta? É que ainda não petisquei nada...”

“Ah, coitado!”, exclamou Artur. “O problema é que já é quase meia-noite e receio que esteja tudo fechado.”

Pálido, de rosto ossudo, magro num fato escuro como se estivesse de luto e o pescoço espetado no colarinho de goma, o ministro das Finanças indigitado esboçou uma expressão de infelicidade.

“Que pouca sorte a minha!”, gemeu. “Enfim... paciência!”

Adivinhando-lhe um apetite desesperado, o capitão virou-

-se para os outros lentes.

“Mais alguém tem fome?”

Os dois académicos que acompanhavam Salazar abanaram a cabeça.

“Estamos cansados e vamos recolher ao hotel”, disse Remédios.

“O António é que anda sempre com larica...”

Ao ouvir isto, Artur estreitou as pálpebras; achava graça ao ministro das Finanças indigitado, sobretudo aos nastos das ceroulas que espreitavam por cima do cano das botas, pelo que lhe ocorreu uma ideia.

“Oiça, senhor professor”, disse para Salazar. “A minha mulher...”

“Não me chame professor”, corrigiu-o o académico.

“Professores só em Lisboa e em Medicina. Em Coimbra somos doutores.”

“Ah, peço desculpa. Dizia eu, senhor doutor, que a minha mulher preparou para o jantar iscas com puré que por causa desta reunião não pude ir a casa comer. Onde comem dois comem três, não é verdade? Se quiser, vossa excelência é meu convidado.”

“Oh, de modo nenhum. Não me quero impor.”

Artur agarrou-o pelo braço.

“Que disparate, senhor doutor, pois se sou eu que o estou a convidar...” Puxou-o. “Venha daí. Só precisamos de arranjar uma boleia até ao centro de Lisboa e depois cá nos desenrascaremos para chegar ao Campo de Santana.”

A boleia que Artur tinha em mente era o general

Telles, com quem viera para a Amadora, mas logo que se viu interpelado o comandante do seu regimento disse-lhe que ia diretamente para a Ericeira, onde dispunha de uma casa junto à praia para a época dos banhos, pelo que não os podia levar. O capitão e o convidado viram-se assim apeados, sem modo de se fazerem transportar para a cidade.

“Como é que vamos agora para o centro?”, interrogou-se Salazar, já a desesperar. “A pé?” Abanou a cabeça. “Isto está pavoroso! Isto está pavoroso!”

Nesse preciso momento passou o general Carmona, que tinha ficado retido à conversa com o general Gomes da Costa e com o comandante Cabeçadas. Pressentiu de passagem a comiseração do ministro das Finanças indigitado e deteve-se junto dos dois homens.

“Vou agora para Lisboa”, comunicou-lhes. “Se quiserem dou-vos boleia.”

O *Austin Twenty* com a bandeirinha portuguesa no *capot* arrancou com um solavanco. Depois de cruzarem o portão do quartel da Amadora, o general Carmona voltou-se para o assento de trás e encarou os dois passageiros. A viatura era conduzida por um *chauffeur* do Exército e metera já na estrada rumo a Lisboa.

“Se bem entendi, o senhor capitão é um herói das trinchas

e o senhor doutor é um ás das contas.”

O académico não abriu a boca, mas Artur, que se via interpelado pelo superior hierárquico, foi forçado a responder.

“Não sei se o epíteto de herói se aplica com rigor ao meu caso, meu general.”

“Vá, não seja modesto, o general Gomes da Costa contou-

-me a sua proeza”, disse em tom condescendente. “Mas digam-me lá, o que vos pareceu esta nossa reuniãozinha?”

Uma vez que nenhum deles conhecia o general que lhes dera boleia, Artur e Salazar entreolharam-se, sem saberem o que esperava ele que respondessem. Acabou por ser o académico de Coimbra quem tomou a palavra. No fim de contas tinha sido indigitado ministro das Finanças e cabia-lhe dizer o que pensava.

“Pareceu-me que o general Gomes da Costa tem um sentido de humor muito questionável”, observou em tom sibilino. “As graçolas do fradinho e da tuna de Coimbra, confesso, não me caíram muito bem. Não estou habituado a piadas de caserna, se é que me faço entender...”

O general Carmona assentiu.

“Já vi que o senhor doutor é homem astuto”, notou.

“Digamos que o general Gomes da Costa é uma figura... como direi?” Hesitou, em busca da palavra certa, uma expressão que revelasse o que pensava da pessoa em causa mas que não fosse desleal nem acintosa. “Uma figura peculiar, se assim posso dizer.”

“E, se me permite, pouco inteligente”, apressou-se Salazar a acrescentar. “Não me parece que faça qualquer sentido troçar de pessoas que se acabou de convidar para o governo. Fiquei chocado e, se quer que seja sincero, nem sei se aceitarei o cargo que me oferecem. Creio que é melhor regressar a Coimbra.

O general passou as mãos pelo bigode; era evidente que o aparente desprendimento do académico o impressionara.

“O senhor doutor abandona só por causa das piadolas do general Gomes da Costa?”

“Por causa disso, mas também pelo que ouvi ao comandante

Cabeçadas.”

“Então?”

Salazar respirou fundo, ganhando tempo para ponderar o que iria ou não dizer. Deveria ser cauteloso ou franco? Na verdade, de que lhe serviria a cautela? Se havia hora em queurgia dizer o que pensava, era aquela. O que tinha a perder?

“Ao contrário do general Gomes da Costa, pareceu-me uma personalidade inteligente e... capciosa”, considerou.

“A forma como se posicionou, jogando na antecipação e assumindo a chefia do estado e do governo antes de prestar contas aos restantes membros da junta, apresentando-lhes depois os factos consumados, revela uma mente manhosa.”

Fez com as mãos um gesto de desânimo. “Mas, infelizmente, não me parece o homem certo. Para falar com franqueza, fiquei até com a impressão de que ele não percebeu que, para conseguir levar a nau a bom porto, é preciso romper totalmente com o *statu quo*.”

A observação interessou o general.

“Pode ser mais específico?”

O olhar de Salazar desviou-se momentaneamente para a janela. Lá fora caíam os primeiros pingos de chuva, gotas finas provenientes da treva e que deslizavam em ziguezague pelos vidros como se a noite despejasse lágrimas. Logo a seguir surgiram nos passeios as luzes amareladas dos candeeiros noturnos, sinal de que estavam a entrar em Lisboa.

“Aquela observação que ele fez sobre a necessidade de assumir uma postura de reconciliação e de congregar os partidos e toda a sociedade mostra que não entendeu o que verdadeiramente arrastou Portugal para esta situação. Isso parece-me deveras preocupante. Para que se fez esta revolução, se é para ficar tudo na mesma?”

“Na mesma? O que quer o senhor doutor dizer com isso?”

“O problema do país, senhor general, são os partidos!”, exclamou Salazar, a voz a ganhar veemência. “Os partidos, está vossa excelência a entender? Foi justamente a ação nefasta dos políticos e dos partidos que pôs o país onde ele está, senhor general. Ao contrário do que apregoam aos quatro ventos, os partidos não existem para servir o povo, mas para servir as suas clientelas. Fingindo servir a população, os partidos servem-se a si mesmos e apenas deixam ao país umas migalhas do banquete que engorda as suas gentes. Essa

é que é a raiz do problema!”

“Mas o comandante Cabeçadas reconheceu que é preciso afastar o Partido Democrático...”

“O Partido Democrático é apenas uma das faces da questão. Acabando-se com o Partido Democrático, não tenha dúvidas de que logo outro qualquer partido cheio de clientelas assume o poder e começa a servir-se, pois o mal não está nas pessoas, mas no sistema. É fácil a corrupção onde a responsabilidade de poucos é substituída pela irresponsabilidade de muitos, como acontece nos nossos regimes democráticos. É esse, e só esse, senhor general, o problema central. Se não o entendermos, nada entenderemos. Se não o resolvermos, nada resolveremos.”

O general Carmona esfregou o queixo.

“Então o que sugere? Acabar com todos os partidos?”

“Parece-me que seria mais avisado acabar com o parlamentarismo, em que os partidos se guerreiam pelo poder e dividem o bolo entre si e as suas clientelas. Em vez de termos muitos partidos, porque não um único? Quem quiser entrar na atividade política inscreve-se nesse partido e, de uma forma regulada, em que o interesse do país é salvaguardado e defendido, expõe as suas ideias. Essa é a única forma de estancarmos o cancro que nos corrói.”

“Se bem estou a entender, a sua ideia é seguir o exemplo de Itália...”

“Pois, mas sem os exageros e o espalhafato dessa gente”, assentiu o lente de Coimbra. “Melhor do que a Itália é, aliás, o exemplo do general Primo de Rivera, em Espanha. O ideal, claro, seria um sistema democrático como o de Inglaterra.

Porém, o nosso temperamento latino impede que um sistema que tão bem funciona com os ingleses, que são ordeiros e respeitadores e têm força de vontade suficiente para fazerem sacrifícios quando necessário, funcione igualmente bem connosco. A prova está no estado a que o país chegou com o parlamentarismo, como é bom de ver. Então porque não fazemos como o general Primo de Rivera?”

Parecia evidente que estas ideias já haviam ocorrido ao general, mas talvez não de forma tão estruturada. A referência ao caso espanhol agradava-lhe, até porque Primo de Rivera era general como ele, e a solução parecia-lhe menos aventureira do que a de Mussolini em Itália. O general Carmona permaneceu por isso um instante pensativo, de olhos perdidos no infinito, a ponderar o que acabava de escutar.

Aproveitando a pausa, Artur remexeu-se no lugar e decidiu meter-se na conversa.

“Oiça lá, e as finanças do país?”, quis o capitão saber, quebrando o seu mutismo. “No fim de contas, o senhor doutor foi indigitado ministro das Finanças e, apesar das suas reticências, espero que desempenhe as funções. Ora como sabe as contas públicas estão um caos. Os défices multiplicam-se,

a dívida também, a carestia de vida é um inferno e os jornais noticiam que o país se encontra à beira da bancarrota. Como tenciona o senhor doutor pôr as contas em ordem?”

Salazar suspirou.

“Esse é outro problema das democracias parlamentares”, opinou. “Enquanto os ingleses, com a sua noção de ordem, conseguem perfeitamente conciliar a democracia com contas públicas saudáveis e equilibradas, a nossa natureza latina impede-nos de fazer o mesmo. Nas democracias latinas, como a nossa, os políticos passam o tempo a dizer que a sua principal preocupação é o povo quando na verdade o povo é a sua última preocupação e só se lembram dele na hora de votar. Então o que acontece? Os nossos partidos supostamente democráticos andam a abarrotar de inúteis, gente cheia de prosápia mas com o único objetivo de abocanhar o mais que pode para si e para os seus. Protegem-se uns aos outros e protegem quem os financia. Quando alguém dá dinheiro para financiar o partido, se não mesmo o político, por baixo da mesa, o político entretanto eleito entrega-lhe obras públicas pagas pelos contribuintes. Quem ganha com este esquema?

Os políticos e os seus financiadores e corruptores. Quem perde? O povo, que os políticos dizem estar acima de tudo.”

O general Carmona rronou em assentimento.

“Lá isso é verdade.”

“Realmente”, concordou Artur. “Aliás, nós em Portugal nunca tivemos um sistema parlamentar, mas um sistema para lamentar.”

Riram-se todos com o trocadilho.

“O senhor capitão é espirituoso...”

“E agora chegamos ao momento em que nos encontramos”, disse Salazar, retomando o fio à meada. “Com tanta corrupção, desgoverno, tráfico de influências e compadrio entre políticos e respetivas clientelas e corruptores, as contas públicas ficaram totalmente descontroladas. Para pagar tudo isso, o que fizeram os nossos governos? Mandaram imprimir dinheiro às escondidas e usaram-no para pagar os seus desvarios. O problema é que, quando tanto dinheiro novo entra na economia, isso provoca inflação.

Os preços dos produtos dispararam no mercado, ao ponto de a inflação ter chegado a atingir quase os dois mil por cento ao ano.” Arqueou as sobrancelhas para sublinhar o número. “Vossas excelências já viram bem? Dois mil por cento ao ano! É certo que a situação estabilizou um pouco nos últimos tempos, mas é esta a verdadeira herança da democracia! E quem compra estes produtos inflacionados?

O povo, claro. Portanto, é o povo, em quem estes partidos supostamente democráticos dizem estar sempre a pensar, que paga através da inflação a fatura de toda esta corrupção que o parlamentarismo nos trouxe.”

O professor de Coimbra falava devagar, mas era eloquente e convincente, arrancando sucessivos murmúrios de concordância aos seus dois companheiros de viagem.

“Quem viveu em Portugal estes últimos anos sabe bem como é verdadeiro tudo o que o senhor doutor está a dizer”, voltou o general a observar. “Porém, a pergunta formulada pelo senhor capitão é muito válida. Como se equilibram as contas públicas? Como se sai deste inferno?”

Salazar ergueu o indicador.

“Digam os políticos o que disserem e façam o que fizerem, só há uma e uma única maneira”, sentenciou. “A apertar o cinto.”

Os dois militares soltaram uma interjeição de desagrado.

“Apertar o cinto, apertar o cinto...”, resmungou o general, visivelmente agastado com a ideia. “Mas isso é passar a fatura para o povo.”

“É verdade”, concordou Salazar. “Só que é bom lembrarmo-nos de que o mal não é apertar o cinto em si, mas sim o que provocou a situação de que a única saída é apertar o cinto. Ou seja, o verdadeiro mal é a corrupção e o desgoverno que nos conduziram a este estado de coisas. Aí é que o mal foi feito. O rigor não é o mal em si, mas a consequência do mal, se é que me faço entender. Apertar o cinto é, digamos assim, a fatura.”

“Mas... não haverá mesmo outro caminho?”, insistiu o general Carmona, que não se conformava com a ideia. “Não viu a forma como o povo nos aclamou hoje do Campo Grande até ao Saldanha? Não podemos agora chegar ao pé das pessoas que ainda esta tarde nos gritaram vivas e dizer-lhes que as vamos matar à fome para as salvar! Uma coisa dessas não é possível! Seria defraudar as expectativas que as pessoas depositam em nós!”

“O senhor está a pensar como um político!”, devolveu o ministro das Finanças indigitado num tom mordaz. “Quer agradar às pessoas para recolher a aprovação delas, mas já lhe expliquei que é essa justamente a raiz do problema. Há certos momentos em que um governante tem de aplicar medidas desagradáveis para salvar o país. Se fosse possível recuperar Portugal com medidas fáceis, senhor general, pode ter a certeza de que a pátria já tinha sido salva há muito tempo. Não existe coisa de que um político mais goste que uma medida fácil e popular. Se o país ainda não foi salvo é porque não existem soluções fáceis, apenas medidas duras e difíceis. Numa democracia, em que os governantes precisam dos votos do povo para subirem ao poder e se manterem lá, não é possível aplicar tais medidas. Como deve calcular, ninguém ganha eleições a prometer rigor, por mais necessário que ele seja. Como não põem as contas em dia, os governantes democráticos preferem imprimir dinheiro e assim criar inflação, que é uma forma mais perigosa de apertar o cinto.

Ou seja, através da inflação praticam o rigor a fingir que não o praticam, com a agravante de nada realmente resolverem.

É por isso que, perante a nossa mentalidade, só vejo uma maneira de tirarmos o país do atoleiro.”

“Acabar com os políticos?”

Salazar fitou os seus dois interlocutores e passou a língua pelos lábios enquanto se preparava para articular a conclusão lógica de tudo o que acabara de dizer.

“Impor a ditadura.”